



SISTEMA ECONÓMICO
LATINOAMERICANO
Y DEL CARIBE

D N° 4 - 22

Programa de Trabalho 2022-2026

XLVIII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano
29 e 30 de novembro de 2022
Caracas, Venezuela
SP/CL/XLVIII. O/D N.º 4-22

XLVIII Consejo Latinoamericano



+58.212.9557111



SELA_SP@SELA.ORG



WWW.SELA.ORG



@SELAINFORMA



Copyright © SELA, novembro de 2022. Todos os direitos reservados.
Impresso na Secretaria Permanente do SELA, Caracas, Venezuela

A autorização para reprodução total ou parcial deste documento deve ser solicitada à Assessoria de Imprensa e Divulgação da Secretaria Permanente do SELA (sela@sela.org). Os Estados membros e suas instituições governamentais podem reproduzir este documento sem permissão prévia. Solicita-se apenas que citem a fonte e informem esta Secretaria sobre essa reprodução.

C O N T E Ú D O

INTRODUÇÃO		1
EIXO TEMÁTICO I RECUPERAÇÃO ECONÔMICA		5
PROGRAMA I INTEGRAÇÃO ECONÔMICA		6
PROJETO A CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A INTEGRAÇÃO		6
Atividade 1	Medição dos processos de integração	6
Atividade 2	Monitoramento do comércio e do desempenho econômico regional	6
Atividade 3	Mesa de trabalho das presidências e secretarias dos mecanismos de integração regional	6
Atividade 4	Estratégias para o desenvolvimento de encadeamentos produtivos intrarregionais na América Latina e no Caribe	6
PROGRAMA II FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO		7
PROJETO A REDE DE PORTOS DIGITAIS E COLABORATIVOS		7
Atividade 1	Capacitação em termos de transformação digital, sustentabilidade, interoperabilidade e relações cidade-porto para os agentes e funcionários do setor marítimo-portuário	7
Atividade 2	Reunião Regional Anual das Comunidades de Logística Portuária.	7
Atividade 3	Proteção marítima e portuária	7
Atividade 4	Fórum internacional sobre os desafios do transporte de carga, cadeia de suprimentos e seu impacto no redesenho das rotas marítimas e na definição de tarifas de frete regionais	8
Atividade 5	<i>Workshop</i> para analisar experiências com sistemas de compensação de pagamentos, em uma perspectiva comparativa com a Europa e a Ásia	8
PROJETO B PROMOÇÃO DO COMÉRCIO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE		8
Atividade 1	Grupo de Trabalho sobre Comércio e Concorrência da América Latina e do Caribe (GTCC)	8
Atividade 2	Exercício efetivo das flexibilidades no regime de propriedade intelectual para proteger a saúde pública	8

PROGRAMA III	MPE	9
PROJETO A	ARTICULAÇÃO PRODUTIVA PARA O FORTALECIMENTO DAS PME	9
Atividade 1	Implementação da metodologia para a identificação de nichos produtivos potenciais e mapeamento de setores para 2023: Bolívia, El Salvador, Nicarágua, Paraguai e Panamá	9
Atividade 2	Segunda edição do Diploma com perspectiva de gênero para técnicos em políticas públicas voltadas para as MPE	9
Atividade 3	Edição Caribe do Diploma com perspectiva de gênero para técnicos em políticas públicas voltadas para as MPE	9
Atividade 4	Políticas públicas com uma perspectiva de gênero para reduzir a brecha na América Latina e no Caribe	9
Atividade 5	Índice de Políticas Públicas para MiPymes na América Latina e no Caribe (IPPALC). Segunda Edição	10
Atividade 6	Esquemas de apoio para acelerar o processo de recuperação econômica pós-pandemia das MiPymes na América Latina e no Caribe	10
Atividade 7	Treinamento do ecossistema empresarial de MiPymes em comunidades vulneráveis	10
Atividade 8	Fomento do ecoturismo e seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável	10
PROJETO B	APROVEITANDO AS OPORTUNIDADES DOS SETORES DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS E CRIATIVOS PARA A REVITALIZAÇÃO ECONÔMICA	10
Atividade 1	Construção de um diretório regional das indústrias de bens e serviços culturais e criativos	10
Atividade 2	Estratégias regionais de apoio aos setores de bens e serviços culturais e criativos	10
EIXO TEMÁTICO II DIGITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA		11
PROGRAMA I	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL	12
PROJETO A	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO	13
Atividade 1	Mesas técnicas de trabalho para definir estratégias de cooperação regional em <i>roaming</i> internacional	13
Atividade 2	A conectividade em zonas rurais como motor do desenvolvimento: Como superar os desafios existentes?	14
Atividade 3	<i>Hackathon</i> : soluções digitais para a integração regional	14
Atividade 4	Sustentabilidade energética da América Latina: perspectivas e pontos de encontro	14
Atividade 5	Acesso e integração elétrica da América Latina e o Caribe	14
Atividade 6	Arquitetura e integração financeira da América Latina e o Caribe	15

Atividade 7	Inovação, indústria e infraestrutura aplicada ao sector marítimo-portuário	15
EIXO TEMÁTICO III DESENVOLVIMENTO SOCIAL		15
PROGRAMA I	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIENTE	16
PROJETO A	APOIO TÉCNICO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE	17
Atividade 1	Diagnóstico da vulnerabilidade dos sistemas alimentares na América Latina e no Caribe	17
Atividade 2	Reunião de trabalho para cooperação no desenvolvimento de estratégias nacionais de Economia Circular	17
Atividade 3	Reunião de Diretores de Cooperação da América Latina e do Caribe: Mecanismos Inovadores de Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e no Caribe (CSSTr)	17
PROJETO B	CAPACITAÇÃO DO SETOR PÚBLICO REGIONAL	17
Atividade 1	<i>Workshops</i> sobre políticas públicas baseadas na economia comportamental	17
Atividade 2	<i>Workshop</i> sobre capacidade de negociação a respeito da governança no ciberespaço	18
PROGRAMA II	GESTÃO INTEGRAL DO RISCO DE DESASTRE E MUDANÇA CLIMÁTICA	18
PROJETO A	GESTÃO INTEGRAL DE RISCO DE DESASTRE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	18
Atividade 1	Criação de Parcerias Público-Privadas (PPP) para a Redução do Risco de Desastres na América Latina e no Caribe	18
Atividade 2	Fortalecimento da continuidade de governo e de operações em situações de desastres	19
Atividade 3	Protocolo para caso de desastres associados a fenômenos naturais para América Latina e o Caribe	19
Atividade 4	Assistência técnica e acompanhamento a respeito da proteção social	19
PROGRAMA III	PROMOÇÃO DE UMA VISÃO HOLÍSTICA DA MOBILIDADE HUMANA	19
PROJETO A	BOAS PRÁTICAS EM POLÍTICAS MIGRATÓRIAS	19
Atividade 1	Encontro regional sobre boas práticas implementadas para a inclusão socioeconômica de migrantes nas sociedades de acolhimento	19
Atividade 2	Seminário Virtual sobre promoção e proteção dos direitos das mulheres migrantes	20
Atividade 3	Seminário virtual sobre boas práticas de inclusão social e educativa de pessoas migrantes	20

PROJETO B	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MIGRAÇÃO	20
Atividade 1	Encontro regional sobre remessas e contribuições das comunidades migrantes para os países da América Latina e do Caribe	20
Atividade 2	Seminário virtual sobre mobilidade humana como uma oportunidade de crescimento econômico e desenvolvimento local nos países da América Latina e do Caribe	20
Atividade 3	Seminário Virtual sobre a migração de retorno e processos de reintegração socioeconômica na América Latina e o Caribe	20
Atividade 4	Treinamento sobre o desenvolvimento de sistemas nacionais e regionais de informação de dados de migração	20

INTRODUÇÃO

2020 foi um ano complexo para a economia mundial, pois a pandemia da COVID-19 impactou negativamente a dinâmica das principais variáveis macroeconômicas dos países. Como resultado, o PIB global caiu 3,1%, sendo os países mais afetados os europeus e latino-americanos. Embora as estimativas de crescimento global de 2021, de acordo com o FMI e o Banco Mundial, tenham sido de 5,9% e 5,6%, respectivamente, o cenário pode ainda ser afetado por alguns riscos.

No caso da América Latina e o Caribe, durante 2020, as medidas de contenção do vírus da COVID-19 levaram à paralisação das atividades econômicas em alguns países, de modo que o PIB real da região sofreu uma contração de 7,0%. Nesse contexto, estima-se que 2,7 milhões de micro e pequenas empresas fecharam no nível regional (19% do PIB), 8,5 milhões de empregos se perderam e o comércio internacional da região teve uma contração equivalente a 9,2%. Dessa forma, a fraqueza da atividade econômica e a crise sanitária levaram à adoção de políticas que contemplassem a elaboração de estratégias de estímulo de setores e subsídios para a reativação dos países.

Com essas políticas já implementadas, e as campanhas regionais de vacinação iniciadas, as economias começaram a dar sinais de reativação. A esse respeito, o Fundo Monetário Internacional projetou para a América Latina e o Caribe uma recuperação de 6,3% do PIB real até o final de 2021. Deve-se observar que o surgimento de novas variantes do vírus, a cobertura das campanhas de vacinação, o aumento das taxas de juros globais e as tensões sociais na região associadas às pressões inflacionárias e à fragilidade da atividade trabalhista haveriam de condicionar essa previsão de crescimento. De acordo com a OIT, havia 30 milhões de desempregados em 2020, um número que podia atingir 34,2 milhões de desempregados até o final de 2021.

Levando em conta esse cenário, a América Latina e o Caribe precisam de estratégias de trabalho que permitam a dinamização de setores produtivos estratégicos, bem como de ferramentas que facilitem a elaboração de políticas públicas eficazes que promovam o desenvolvimento econômico e social da região.

A Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), ciente dos desafios e das dificuldades da região, assume sua responsabilidade como órgão regional para ajustar suas ações e definir prioridades de acordo com as necessidades de seus Estados membros.

Nesse sentido, preparou este Programa de Trabalho com uma perspectiva de realização plurianual para o período 2022-2026, por meio de um processo de consulta e interação com os Estados membros. Desse processo foi possível levantar temas prioritários para trabalhar na construção de uma agenda regional de integração e cooperação que permita alcançar resultados práticos capazes de contribuir para os esforços de superação do atraso econômico e social.

A estrutura do Programa de Trabalho tem três eixos temáticos: Recuperação Econômica, Digitalização e Infraestrutura e Desenvolvimento Social. Cada um desses eixos aponta para metas cujo cumprimento é sustentado em objetivos específicos definidos num conjunto de programas. Assim, cada programa proposto terá vários projetos plurianuais, que, por sua vez, são compostos por uma série de atividades anuais que contribuem para o cumprimento dos objetivos e, portanto, para o alcance das metas propostas por meio de produtos tangíveis.

2

À medida que o Programa for implementado e suas atividades forem desenvolvidas, ele fornecerá recomendações de políticas, roteiros técnicos e boas práticas que podem ser adotadas, o que contribuirá para o processo de tomada de decisões.

A estrutura e o conteúdo desse Programa incorporam uma abordagem transversal que leva em conta as inter-relações e os impactos entre cada um dos eixos de trabalho propostos. Dessa forma, identifica a existência de variáveis dinâmicas para a recuperação econômica que estão contempladas nas atividades associadas aos eixos de digitalização e desenvolvimento social.

Dessa forma, o Programa de Trabalho estabelece uma interconexão integral entre suas atividades que permite responder às prioridades identificadas na consulta feita aos países membros, bem como a atenção aos grupos vulneráveis, a abordagem de gênero e juventude, e um vínculo especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especificamente com os seguintes: Erradicação da pobreza (ODS 1), Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), Saúde e bem-estar (ODS 3), Educação de qualidade (ODS 4), Igualdade de gênero (ODS 5), Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), Indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), Redução das desigualdades (ODS 10), Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), Produção e consumo responsáveis (ODS 12), Ação climática (ODS 13), Vida na água (ODS 14), Vida terrestre (ODS 15), Parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Para a elaboração desse Programa foi realizada uma análise estrutural para explorar as possíveis e prováveis evoluções do sistema de trabalho, por meio de um estudo das motivações e dependências dos eixos temáticos mencionados. Essa análise permitiu identificar que os tópicos ligados ao desenvolvimento social e à digitalização são os de maior influência. Além disso, as questões relacionadas à recuperação e ao desenvolvimento econômico, às MPE e à diversificação produtiva são altamente dependentes. Por tanto, os programas, projetos e atividades propostos, com base nessas interrelações, permitirão gerar maior impacto sobre os produtos e os resultados esperados de sua implementação.

Com o Programa de Trabalho para 2022-2026, o SELA aspira, dentro de suas possibilidades orçamentárias e mandatos, contribuir para a superação da crise existente por meio de uma agenda inovadora que fortaleça as capacidades dos países de nossa região a superar a pandemia, fortalecer a resiliência e se concentrar em questões que gerem opções institucionais inovadoras para melhores políticas públicas e boas práticas.

Assim, enquadrado nos eixos temáticos, também é oferecido um conjunto de atividades de capacitação com o objetivo de fornecer ferramentas para a construção de políticas públicas.

Também é importante destacar o papel da Secretaria Permanente na realização de suas atividades. São identificadas três áreas de ação: articulação, capacitação e propostas, por meio das quais se pretende oferecer resultados que gerem valor agregado em termos de desenho de políticas públicas.

Esse Programa também tem atribuições amplas para sua implementação, o que lhe dá flexibilidade para sua implementação, em sinergia e cooperação com múltiplos atores no nível global e regional.

Gerar mais e melhor integração ajudará os membros a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ajudará a SELA a cumprir seus objetivos e propósitos de fundação.

Essa nova versão inclui alterações em resposta a eventos atuais que afetam a região, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Essas alterações envolvem:

1. Actualização de atividades do Programa de Trabalho;
2. Desincorporação de atividades do Programa de Trabalho;
3. Reprogramação de atividades do Programa de Trabalho;
4. Inclusão de novas atividades no Programa de Trabalho.

EIXO TEMÁTICO I: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

JUSTIFICATIVA

A pandemia de COVID-19 afetou significativamente o crescimento da região. A paralisação das atividades econômicas, resultante das medidas de contenção do vírus, levou ao fechamento de empresas e à destruição de empregos, além de ter impactado negativamente as cadeias de suprimentos globais e causado o colapso dos sistemas de saúde em nível regional.

Vale ressaltar que os países da região vinham apresentando taxas de crescimento negativas antes da chegada da pandemia, o que colocou as economias em uma situação muito mais vulnerável. Já em 2019 o crescimento médio na região ficou em 0,2%.

Com a chegada da pandemia, o cenário regional para 2020 resultou em uma contração de -7,0%. No entanto, o panorama de 2021 resultou mais favorável, já que as medidas de estímulo tomadas pelos governos para impulsionar setores-chave das economias surtiram efeito. A taxa de crescimento estimada para o final do ano, de acordo com os números do FMI, foi de 6,3%.

Neste contexto, o eixo temático Recuperação Econômica contempla a seguinte **meta**:

Impulsionar o crescimento econômico por meio do fortalecimento dos processos de integração regional, contribuindo para a elaboração de políticas públicas que facilitem o comércio e promovendo o ecossistema de negócios das MPE.

Para atingir essa meta, propõe-se a implementação de três Programas: **(I) Integração Econômica**, **(II) Facilitação do Comércio** e **(III) MPE**. Embora sejam abordados de forma independente, esses programas respondem ao princípio de transversalidade temática, de modo que a implementação de tarefas contribuirá muito para o cumprimento dos objetivos definidos neste e em outros Eixos de trabalho.

Os Programas propostos são considerados chave para acelerar a reativação econômica da América Latina e do Caribe e contribuir para o cumprimento dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 5: Igualdade de gênero;
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico;
- ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura;
- ODS 10: Redução das desigualdades;
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação.

6**PROGRAMA I: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

Levando em conta a importância da tomada de decisões coordenadas para lidar com circunstâncias adversas, como interrupções nas cadeias de suprimentos globais, o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia e a redução do dinamismo no comércio exterior, esse programa tem como **objetivo**:

Construir uma agenda regional comum entre os blocos de integração para o desenvolvimento de políticas econômicas que contribuam para o crescimento da América Latina e do Caribe.

Este Programa está conformado pelo seguinte projeto:

Projeto A. CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A INTEGRAÇÃO, que consiste em quatro atividades marcadas para 2022 e tem como objetivo promover avanços na integração regional.

ATIVIDADE 1. Medição dos processos de integração: atualização de ferramentas quantitativas para medir o grau de progresso dos processos de integração regional. Esses indicadores são gerados internamente pela Secretaria Permanente. Entre eles destacam o Índice de Integração da América Latina e o Caribe (IINTALC), Índice de Preferências Comerciais Reveladas (IPCR) e Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE).

ATIVIDADE 2. Monitoramento do comércio e do desempenho econômico regional: criação de indicadores e a atualização de bancos de dados quantitativos que venham promover a elaboração de estratégias e políticas e que impulsionem o crescimento a América Latina e do Caribe. Nesse sentido, o SELA fornecerá uma publicação semestral sobre o desempenho econômico e comercial regional.

ATIVIDADE 3. Mesa de trabalho das presidências e secretarias dos mecanismos de integração regional: no âmbito do desenvolvimento das agendas de trabalho regionais, serão realizadas três reuniões técnicas em formato virtual com o objetivo de contribuir para a elaboração de estratégias e recomendações de políticas públicas que impulsionem o avanço dos processos de integração na América Latina e no Caribe.

ATIVIDADE 4. Estratégias para o desenvolvimento de encadeamentos produtivos intrarregionais na América Latina e no Caribe: evento presencial/virtual em que serão abordadas as conclusões dos grupos de trabalho das presidências e secretarias dos mecanismos de integração regional com o objetivo de elaborar um roteiro ou plano de trabalho para a promoção de vínculos de produção regional.

PROGRAMA II: FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

A atividade comercial na região foi gravemente afetada pela interrupção das cadeias de suprimentos globais, o que, por sua vez, gerou não apenas uma contração nas exportações regionais equivalente a 9,2% em 2020, mas também um aumento substancial nos custos de frete, seguro de carga comercial e incerteza na escassez de *commodities*. Neste sentido, este Programa tem como **objetivo**:

Elaborar políticas públicas para reduzir os custos e as barreiras comerciais, abrir novos mercados e posicionar o comércio da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais.

Este Programa está conformado por dois Projetos:

Projeto A. REDE DE PORTOS DIGITAIS E COLABORATIVOS, conformado por cinco atividades que serão realizadas em 2023. O objetivo desse projeto é a promoção e a consolidação das comunidades de logística portuária na região. Além disso, está previsto dotar a Rede de personalidade jurídica (institucionalizá-la), a fim de manter os níveis de reconhecimento, legitimidade e coesão de seus membros.

ATIVIDADE 1. Capacitação em termos de transformação digital, sustentabilidade, interoperabilidade e relações cidade-porto para os agentes e funcionários do setor marítimo-portuário e funcionários: atividade presencial/virtual destinada a funcionários ligados ao setor marítimo-portuário para gerar competências que promovam a eficiência portuária por meio do uso de ferramentas e mecanismos que possibilitem a facilitação do comércio e a equidade de gênero no setor. Além disso, a Secretaria, em sua função de assistente técnico, desenvolverá uma plataforma que constituirá um ambiente interativo no portal *web* da Rede Portuária.

ATIVIDADE 2. Reunião Regional Anual das Comunidades de Logística Portuária: atividade presencial/virtual, que resultará em documentos com recomendações e boas práticas para uma atividade portuária mais eficiente e eficaz. Esses documentos serão publicados no portal do SELA na Internet. A reunião se concentra na promoção dos processos de coordenação e integração regional e oferece um espaço para um debate permanente e proativo sobre questões importantes relacionadas às comunidades de logística portuária nas áreas de regulamentação, tecnologia, comércio e governança. Dita reunião será seguida por uma reunião presencial do comitê de ação.

ATIVIDADE 3. Proteção marítima e portuária: reunião presencial/virtual que busca desenvolver ainda mais as disposições operacionais de proteção marítima e as capacidades nacionais ou locais de resposta dos países a ameaças em potencial, de acordo com as disposições estabelecidas pela OMI relacionadas a medidas de proteção marítima para instalações portuárias, o setor de transporte marítimo e o setor marítimo em geral.

8

ATIVIDADE 4. Fórum internacional sobre os desafios do transporte de carga, cadeia de suprimentos e seu impacto no redesenho das rotas marítimas e na definição de tarifas regionais de frete: evento presencial/virtual que reunirá representantes de empresas de transporte marítimo e da cadeia de suprimentos para discutir e analisar a situação atual da cadeia e seu impacto no redesenho das rotas marítimas e na definição de tarifas após a crise pandêmica – como o impacto na logística global de frete, o estabelecimento de novas capacidades na região e a renegociação de outras.

ATIVIDADE 5. *Workshop* para analisar experiências com sistemas de compensação de pagamentos, em uma perspectiva comparativa com a Europa e a Ásia: evento presencial/virtual que reunirá representantes e especialistas técnicos do setor financeiro, bancos centrais e órgãos reguladores (superintendências) dos Estados membros envolvidos nos processos de pagamento e liquidação de transações de derivativos financeiros.

Projeto B. PROMOÇÃO DO COMÉRCIO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, que consiste em duas atividades marcadas para 2023. O foco principal do projeto é a implementação de treinamento em questões de comércio e concorrência, bem como a publicação de documentos de recomendações e boas práticas sobre corredores comerciais seguros, comércio eletrônico, patentes e direitos de propriedade intelectual, e a avaliação de sua ampliação em nível regional.

ATIVIDADE 1. Grupo de Trabalho sobre Comércio e Concorrência da América Latina e do Caribe (GTCC): reunião recorrente da Secretaria Permanente, na modalidade presencial/virtual, organizada em conjunto com a UNCTAD e da qual participam autoridades de comércio e concorrência dos países da região. O tema a ser abordado em 2023 é "Concorrência, regulamentação e o impacto no comércio de novas tecnologias nos mercados financeiros", analisando, em particular, o impacto do banco digital e da *fintech*, entre outros, nos mercados financeiros. Essa atividade resultará em um documento de recomendações e melhores práticas para promover o dinamismo do comércio regional, que será publicado pelo SELA.

ATIVIDADE 2. Exercício efetivo das flexibilidades no regime de propriedade intelectual para proteger a saúde pública: atividade presencial/virtual que incluirá a participação dos principais atores do setor de saúde regional a fim de gerar um documento com conclusões e recomendações para promover a avaliação dos regimes de propriedade intelectual para insumos no setor de saúde, particularmente com relação à questão das vacinas. Esse documento será publicado pelo SELA.

PROGRAMA III: MPE

As micro e pequenas empresas são responsáveis pela geração de 60% dos empregos na região e contribuem com 25% do PIB da América Latina e do Caribe, o que torna essencial o foco nesse setor. Nesse sentido, esse Programa tem o **objetivo** de:

Formular políticas públicas para promover setores produtivos, fortalecer modelos de negócios e desenvolver novos mercados para o ecossistema regional de negócios de MPE.

Este Programa está conformado por dois Projetos:

Projeto A. ARTICULAÇÃO PRODUTIVA PARA O FORTALECIMENTO DAS PME, que consiste em oito atividades marcadas para 2023, todas elas de tipo recorrente. A Secretaria Permanente desenvolverá tarefas voltadas para o treinamento de funcionários públicos ligados ao desenvolvimento de políticas públicas. Além disso, serão publicados documentos de boas práticas e recomendações para o setor.

ATIVIDADE 1. Implementação da metodologia para a identificação de nichos produtivos potenciais e mapeamento de setores para 2023: Bolívia, El Salvador, Nicarágua, Paraguai e Panamá: essa atividade é composta por duas ações. A primeira é treinar funcionários no uso da metodologia criada pelo SELA para identificar potenciais setores produtivos nacionais. A segunda consiste na publicação de um documento com os resultados do mapeamento de setores potenciais para gerar recomendações de políticas públicas e estratégias para o crescimento econômico nacional. Na edição de 2023, os resultados obtidos para o Paraguai e a Bolívia serão apresentados em reuniões presenciais.

ATIVIDADE 2. Segunda edição do Diploma com perspectiva de gênero para técnicos em políticas públicas voltadas para as MPE: atividade de treinamento virtual, cujo objetivo é treinar funcionários públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para MPE, a fim de fortalecer as estratégias de apoio e desenvolvimento para o setor. Nesta segunda edição, serão desenvolvidos módulos específicos relacionados à digitalização das MPE e ao diagnóstico empresarial.

ATIVIDADE 3. Edição Caribe do Diploma com perspectiva de gênero para técnicos em políticas públicas voltadas para as MPE: atividade de treinamento virtual, cujo objetivo é treinar funcionários públicos de países caribenhos envolvidos na formulação de políticas públicas para MPE e fortalecer estratégias de apoio e desenvolvimento para o setor.

ATIVIDADE 4. Políticas públicas com uma perspectiva de gênero para reduzir a brecha na América Latina e no Caribe: levando em consideração a experiência dos participantes da primeira edição do Diploma com perspectiva de gênero para técnicos em políticas públicas voltadas para MPE, será realizada uma atividade virtual para discutir os casos de estudos apresentados pelos países, bem como as recomendações e boas práticas resultantes das análises realizadas. Dessa forma, será obtido um documento de compilação de boas práticas que podem fortalecer as estratégias de apoio e desenvolvimento do empreendedorismo feminino em nível regional.

10

ATIVIDADE 5. Índice de Políticas Públicas para MiPymes na América Latina e no Caribe (IPPALC).

Segunda Edição: essa atividade é uma das realizadas recorrentemente pela Secretaria Permanente. A segunda edição do IPPALC conta com a participação de 10 países da região: os que integram a Aliança do Pacífico, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Uruguai. É um trabalho de cooperação entre a CAF, a OCDE e o SELA.

Em 2023, terá início a primeira fase de construção do IPPALC, que envolve a coleta, a validação e a análise de informações e dados e a elaboração de um documento com as primeiras conclusões, diagnósticos, perspectivas e recomendações sobre políticas públicas voltadas para o setor de MiPymes.

ATIVIDADE 6. Esquemas de apoio para acelerar o processo de recuperação econômica pós-pandemia das MiPymes na América Latina e no Caribe: atividade virtual regional com o objetivo de avaliar o potencial das redes de incubadoras e aceleradoras de empresas a fim de gerar um documento de recomendações e boas práticas a ser publicado pelo SELA.

ATIVIDADE 7. Treinamento do ecossistema empresarial de MiPymes em comunidades vulneráveis: atividade de capacitação empresarial em termos de desenvolvimento de modelo de negócios, inteligência de mercado e internacionalização de produtos, a ser realizada em colaboração com incubadoras regionais.

ATIVIDADE 8. Fomento do ecoturismo e seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável: evento presencial que tem três objetivos essenciais. O primeiro é disseminar experiências e iniciativas regionais e extrarregionais sobre Destinos Turísticos Inteligentes e Ecoturismo, destacando as barreiras encontradas em sua implementação. O segundo objetivo é identificar os benefícios do ecoturismo em termos ambientais, econômicos, culturais e sociais, de acordo com os objetivos da Agenda 2030. Finalmente, o evento busca criar um ponto de encontro para a cooperação entre organizações públicas e privadas a fim de promover o ecoturismo e as iniciativas de destinos turísticos.

Projeto B. APROVEITANDO AS OPORTUNIDADES DOS SETORES DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS E CRIATIVOS PARA A REVITALIZAÇÃO ECONÔMICA, que consiste em duas atividades marcadas para 2022 e tem como objetivo a publicação de diretórios setoriais e de recomendações para melhorar o desempenho dessas empresas.

ATIVIDADE 1. Construção de um diretório regional das indústrias de bens e serviços culturais e criativos: visa a elaboração de um documento de compilação com informações detalhadas sobre as instituições e os atores privados ligados a esse setor produtivo, a fim de promover sua articulação.

ATIVIDADE 2. Estratégias regionais de apoio aos setores de bens e serviços culturais e criativos: levando em conta a construção de um diretório para esse setor, a Secretaria Permanente, por meio de um trabalho de consultoria, preparará um documento de compilação com boas práticas e recomendações para fortalecer o desenho e a implementação de políticas públicas específicas, que será publicado pelo SELA.

EIXO TEMÁTICO II: DIGITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

JUSTIFICATIVA

Os benefícios do uso intensivo e generalizado das tecnologias digitais são muitos. Elas promovem a competitividade, democratizam o acesso à informação e fortalecem as capacidades do setor público, levando, em última análise, a um maior crescimento econômico, níveis mais altos de bem-estar e melhores oportunidades para todos.

De igual forma, o investimento em infraestrutura tem vários canais pelos quais afeta a qualidade de vida dos cidadãos, a produtividade das empresas e a eficiência da economia em geral. Seu impacto específico sobre a criação de empregos é particularmente relevante devido à sua ligação com os objetivos da política de criar atividade econômica local, aumentar a renda das populações vulneráveis e reduzir a desigualdade.

No entanto, a concretização desses benefícios não tem sido possível, pois há brechas digitais e de infraestrutura que excluem aqueles que não têm acesso ou as habilidades para aproveitá-las. De fato, em escala global, as desigualdades se aprofundaram, a mobilidade social estagnou e a produtividade enfraqueceu.

No contexto específico da América Latina e do Caribe, essas brechas são particularmente visíveis. Estima-se que 32% da população não tenha acesso à Internet, 67% das escolas não tenham velocidade de conexão suficiente e 50% dos países não tenham uma agenda de digitalização avançada. Em termos gerais, o desenvolvimento de um ecossistema digital está em um estágio intermediário, como expressão da vasta quantidade de tarefas que ainda precisam ser realizadas.

Da mesma forma, apesar do progresso alcançado no investimento em infraestrutura de serviços públicos, como água potável, saneamento e eletricidade na região, a heterogeneidade no acesso e na qualidade dos serviços é alta. Por exemplo, embora a cobertura de água potável esteja em torno de 80% na maioria dos países, menos de 60% das pessoas optam por beber água da torneira. O acesso ao serviço de eletricidade na região está acima de 90%, em média; no entanto, há uma grande disparidade na qualidade do serviço (intermitência) e no acesso em áreas rurais.

Nesse sentido, transformar a digitalização e o investimento em infraestrutura em um veículo para alcançar melhores resultados econômicos e sociais é uma prioridade para os países da região. Ainda mais em razão de sua ligação direta com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente:

- ODS 1: Erradicação da pobreza;
- ODS 4: Educação de qualidade;
- ODS 7: Energia limpa e acessível;
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico;
- ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura;
- ODS 10: Redução das desigualdades;
- ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis;
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação.

12

Especificamente, a inclusão desse eixo temático no Programa de Trabalho 2022-2026 visa contribuir para o cumprimento das seguintes metas:

- 1) Promover a inclusão digital na região.
- 2) Promover a conectividade digital regional.
- 3) Estimular o desenvolvimento de infraestrutura sustentável.
- 4) Incentivar o uso de energias verdes.

Dentro da estrutura dos desafios regionais nesse eixo temático, os esforços do SELA se concentrarão em abordar o programa: Transformação digital e infraestrutura de energia sustentável.

PROGRAMA I: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

A exclusão digital é constituída por três dimensões: acesso, acessibilidade econômica e qualidade. Para atender a todas elas, o fornecimento de infraestrutura de conectividade como um fator facilitador para o uso e a exploração de tecnologias é uma condição necessária, embora não suficiente, para o uso e aproveitamento das tecnologias.

Os principais desafios identificados para alcançar uma maior implantação da infraestrutura digital são: despertar o interesse do setor privado em obras com rentabilidade incerta, promover a cooperação regional e internacional para aproveitar as oportunidades técnicas e financeiras e gerar esquemas eficientes de parceria público-privada.

A adoção do Acordo de Paris em 2015 na COP21 por 195 países mais a União Europeia é, sem dúvida, um dos maiores esforços já feitos pela comunidade internacional em relação às mudanças climáticas. A região da América Latina e do Caribe registrou melhorias significativas desde 2000 em termos de acesso à eletricidade, com a proporção de residências com acesso à eletricidade aumentando de 87% em 2001 para 95,1% em 2019. No entanto, esses números tão positivos podem esconder diferenças muito significativas no acesso entre sub-regiões, países e grupos sociais.

Por outro lado, a matriz energética da América Latina e do Caribe ainda é composta principalmente por combustíveis fósseis (energia não renovável: petróleo, gás e carvão), 70%. Apesar disso, as energias renováveis têm mostrado progresso nos últimos anos. O uso de energia solar e eólica aumentou de 4,1% para 14,4%, enquanto a obtida da cana-de-açúcar aumentou de 19,5% em 2000 para 28,4% em 2019.

Neste contexto, o desenvolvimento desse programa se concentrará em promover a realização dos seguintes objetivos:

- 1) Identificar boas práticas regionais e internacionais em conectividade digital, com ênfase nas áreas rurais, bem como na sustentabilidade energética;
- 2) Criar parcerias público-privadas para favorecer a conectividade digital, o acesso e a qualidade da energia elétrica e verde na região;
- 3) Facilitar os esforços de cooperação regional para o desenvolvimento de projetos de conectividade digital.

Projeto A. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO. As tecnologias de informação e comunicação são os meios para fornecer bens e serviços de alta qualidade em áreas essenciais, como assistência médica, educação, finanças, comércio, governança e agricultura. Elas podem contribuir para reduzir a pobreza e a fome, melhorar a saúde, criar novos empregos, mitigar as mudanças climáticas, melhorar a eficiência energética e tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis.

Nesse sentido, a redução das brechas digitais, a melhoria do acesso nas áreas rurais e a redução de custos, como os de serviços de *roaming*, representam um desafio que a região se propôs a superar, uma vez que essa conquista teria um impacto positivo no processo de integração e favoreceria a atividade econômica e comercial por meio das comunicações, facilitando um maior número de usuários interconectados. Os acordos alcançados até o momento nessa área foram tratados de forma bilateral ou sub-regional. É necessário promover estratégias regionais concertadas para uma transição tecnológica eficaz.

Por exemplo, as oportunidades de desenvolvimento não são distribuídas igualmente entre as áreas rurais e urbanas, especialmente aquelas resultantes do acesso e o uso da digitalização. Apesar de só 19% da população da América Latina e do Caribe viver em áreas rurais, ainda há grandes atrasos relativamente à conectividade que mantêm 77% das famílias excluídas dos dividendos digitais. Essas diferenças de conectividade resultaram em níveis mais baixos de bem-estar nas áreas rurais, expressos em taxas mais altas de pobreza, níveis mais baixos de escolaridade e menor renda do trabalho.

Por outro lado, é essencial que a América Latina e o Caribe continuem a progredir na transição energética para fontes de energia limpa (com baixo impacto ambiental) que contribuam para os esforços de redução dos gases de efeito estufa e continue combatendo o aquecimento global. Países como Argentina, Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Costa Rica e México têm grandes possibilidades de desenvolver uma indústria competitiva de hidrogênio verde, aproveitar e replicar as oportunidades e capacidades já desenvolvidas em outras regiões e, ao mesmo tempo, ser dinamizadores desse recurso em outros países da região. Da mesma forma, a América Latina também deve alavancar seu potencial para gerar eletricidade, melhorando o acesso e a acessibilidade econômica. A integração elétrica desempenha um papel importante na geração de progresso e energia de forma mais sustentável para atender à crescente demanda nos países da região.

Nesse sentido, esse projeto prevê a implementação de sete atividades, que serão desenvolvidas em 2023.

ATIVIDADE 1. Mesas técnicas de trabalho para definir estratégias de cooperação regional em *roaming* internacional: em 2022, a Secretaria Permanente realizou a reunião técnica de trabalho "Rumo à eliminação das tarifas de *roaming* na América Latina e no Caribe", que destacou as melhores práticas, os avanços e as limitações existentes na região em relação a essa questão.

Como acompanhamento dessa primeira reunião, durante o ano de 2023, serão realizadas mesas técnicas de trabalho presenciais/virtuais com os reguladores e as operadoras da região para conhecer seus pontos de vista nessa área e grupos de cooperação para a transferência de *know-how* entre os mecanismos de integração que apoiam as iniciativas em andamento em relação à eliminação das tarifas de *roaming*. O trabalho dessas mesas técnicas resultará em um relatório com recomendações e resultados que servirão como guia para a tomada de decisões políticas, que será publicado pelo SELA.

14

ATIVIDADE 2. A conectividade em zonas rurais como motor do desenvolvimento: Como superar os desafios existentes? Eliminar a exclusão digital pode ser um grande avanço na transformação dos meios de subsistência rurais. A implementação de tal objetivo requer programas de investimento em infraestrutura e treinamento de habilidades para preparar o caminho para aproveitar os dividendos digitais.

Com base nisso, propõe-se a realização de uma reunião presencial/virtual como um espaço para a construção de parcerias público-privadas, o que permitirá a elaboração de um documento com as melhores práticas e recomendações regionais e internacionais que servirão de base para a tomada de decisões políticas, a ser publicado pelo SELA.

ATIVIDADE 3. *Hackathon*: soluções digitais para a integração regional: As tecnologias digitais têm um potencial infinito para criar soluções inovadoras para desafios complexos. No entanto, devido à sua versatilidade, é sempre possível criar várias respostas para o mesmo problema. Por esse motivo, os *hackathons* se tornaram mecanismos muito úteis, permitindo que especialistas inovadores se reúnam em um espaço definido e compitam para projetar a melhor estratégia que atenda às condições de custo, tempo e especificações técnicas.

Nesse sentido, o objetivo é organizar um primeiro *hackathon*, em uma fase piloto, da qual participará o setor acadêmico e onde se espera que equipes interdisciplinares encontrem soluções práticas que favoreçam a integração regional.

ATIVIDADE 4. Sustentabilidade energética da América Latina: perspectivas e pontos de encontro: A América Latina e o Caribe têm todas as condições para se tornar um centro global de energia renovável com grande potencial em hidrogênio verde. Países como Argentina, Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Costa Rica e México têm grandes possibilidades de desenvolver uma indústria competitiva de hidrogênio verde, de aproveitar e replicar as oportunidades e capacidades já desenvolvidas em outras regiões e, ao mesmo tempo, de ser a força motriz desse recurso em outros países da região. Nesse sentido, o progresso em direção à transição energética para as energias renováveis deve continuar, o que será um poderoso motor de crescimento, de combate à pobreza, de criação de empregos e de contribuição para a ação climática.

Apesar de um aumento significativo no fornecimento de energia primária renovável, que não requer combustão, a participação dos combustíveis fósseis na matriz energética é ainda alta. O setor de energia é responsável por 55% das emissões de gases de efeito estufa. Por esse motivo, a Secretaria Permanente propõe a realização de uma reunião presencial/virtual que reúna os setores público, privado e acadêmico para aprofundar as discussões sobre esse assunto, a fim de preparar um documento de boas práticas e recomendações de políticas para facilitar e melhorar a geração e o acesso à energia verde na região.

ATIVIDADE 5. Acesso e integração elétrica da América Latina e o Caribe: a região da América Latina e do Caribe experimentou um aumento substancial na taxa de acesso à eletricidade nos últimos 25 anos. Embora a cobertura em áreas urbanas fosse alta no início da década de 1990, a cobertura em áreas rurais não era. Nesse último caso, a taxa de cobertura aumentou de 65% para 87% na região como um todo. Em termos de integração e comércio de eletricidade, os fluxos de eletricidade entre grupos de países da região ALC são heterogêneos. Em primeiro lugar, destaca-se a maior interconexão de eletricidade da região entre Paraguai, Argentina e Brasil e suas conexões subsequentes com o Uruguai e o Chile, com uma média anual total de 46.000 GWh.

Isto vem seguido das interconexões da América Central (SIEPAC), com 2,2 mil GWh, e as interconexões andinas, com 1,6 mil GWh.

Apesar dos esforços feitos em relação aos sistemas de geração e acesso, a demanda de energia continua a aumentar e a pandemia exacerbou as desigualdades na região. Nesse sentido, a integração elétrica desempenha um papel importante, pois permite gerar progresso e energia de forma mais sustentável para atender à crescente demanda dos países. Por esse motivo, a Secretaria Permanente propõe a realização de uma reunião presencial/virtual que reúna os setores público, privado e acadêmico para aprofundar as discussões sobre esse tema, a fim de elaborar um documento com boas práticas e recomendações de políticas para facilitar e melhorar o acesso e a integração regional da eletricidade.

Atividade 6. Arquitetura e integração financeira da América Latina e o Caribe: A integração financeira tem vários benefícios. Um deles é que ela ajuda a enfrentar melhor os choques externos, facilitando a regulação do consumo interno. Além disso, a integração financeira promove um melhor financiamento de investimentos, enriquecendo a oferta de instrumentos financeiros e, dessa forma, melhorando a produtividade das empresas. Finalmente, a integração financeira regional ajuda a diversificar os riscos para os poupadores, melhorando assim a gestão da riqueza financeira dos países.

Dada a importância dessa questão para a região, a Secretaria Permanente propõe a realização de uma reunião presencial/virtual com especialistas no assunto para aprofundar as discussões e dissertações, o que permitirá a elaboração de um documento com boas práticas e recomendações de políticas para facilitar e melhorar a integração financeira regional.

Atividade 7. Inovação, indústria e infraestrutura aplicada ao sector marítimo-portuário: atividade presencial/virtual cujo objetivo é apresentar os avanços e iniciativas globais e regionais em pesquisa e desenvolvimento focados na melhoria da atividade marítima e na promoção da competitividade portuária, tendo em vista a colaboração como eixo de desenvolvimento, no âmbito dos ODS. Isso permitirá a elaboração de um documento de boas práticas e recomendações para o setor.

EIXO TEMÁTICO III: DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento social é a melhoria das condições de vida das pessoas, incluindo alimentação, educação, saúde, proteção social, direitos trabalhistas e proteção contra desastres, entre outros. No contexto criado pela COVID-19, é natural que essas condições tenham piorado em toda a região, diretamente devido ao efeito da doença sobre a saúde e indiretamente devido ao efeito da contração econômica. Entretanto, vários indicadores de desenvolvimento social, como a subnutrição, estavam estagnados ou até mesmo piorando antes de 2020.

Neste contexto, a Secretaria Permanente propõe o eixo temático Desenvolvimento Social, que visa alcançar a seguinte **meta**:

16

Contribuir para a melhora dos indicadores de desenvolvimento social na região, de maneira sustentável e resiliente, mediante iniciativas de cooperação, capacitações, conformação de acordos e intercâmbio de boas práticas.

Para atingir esta meta, propõe-se a implementação de três Programas: **(I) Desenvolvimento Sustentável e Resiliente**, **(II) Gestão Integral do Risco de Desastre e Mudança Climática**, e **(III) Promoção de uma visão holística da Mobilidade Humana**.

O SELA busca, portanto, no exercício de seu mandato de "promover a cooperação regional a fim de acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus membros", desenvolver uma agenda de trabalho para 2022 que aborde os desafios do desenvolvimento social na região, com foco nos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 1: Erradicação da pobreza
- ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável
- ODS 3: Saúde e bem-estar
- ODS 5: Igualdade de gênero
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 10: Redução das desigualdades
- ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12: Consumo e produção responsáveis
- ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
- ODS 14: Vida na água
- ODS 15: Vida terrestre
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação

PROGRAMA I: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIENTE

Com a ambição de buscar que os países da América Latina e do Caribe melhorem as condições de vida de seus cidadãos de forma consistente com as necessidades ambientais e resiliente perante eventos imprevistos, o SELA está concentrando seus esforços na exploração de áreas em que a cooperação regional pode fazer a diferença. Esse programa tem por objetivos:

Desenvolver e disseminar o conhecimento necessário para a aplicação de políticas de desenvolvimento social, obter maior cooperação na implementação da economia circular e desenvolver as capacidades do setor público regional em áreas de alto impacto social.

Projeto A. APOIO TÉCNICO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, que consiste em três atividades marcadas para 2022:

ATIVIDADE 1. Diagnóstico da vulnerabilidade dos sistemas alimentares na América Latina e no Caribe:

atividade virtual e publicação do SELA, que identifica a produção de alimentos dos países da América Latina e do Caribe, seu grau de vulnerabilidade a eventos naturais e sua dependência do comércio exterior, como insumos para trabalhos futuros em projetos de redução de vulnerabilidade.

Apresentação e validação com instituições especializadas do estudo de base sobre a vulnerabilidade dos sistemas alimentares na América Latina e no Caribe. Atividade virtual e publicação do SELA. Intercâmbio de conhecimento e experiência no campo de medições da vulnerabilidade dos sistemas alimentares a eventos naturais e dependência do comércio exterior.

ATIVIDADE 2. Reunião de trabalho para cooperação no desenvolvimento de estratégias nacionais de

Economia Circular: reunião presencial/virtual em que os desenvolvedores de estratégias de economia circular já existentes compartilhem suas experiências e apoiem desenvolvedores de estratégias semelhantes no processo de desenvolvimento de suas estratégias, apoiada na publicação de um documento de compilação de estratégias de economia circular desenvolvidas na região e seus métodos de desenvolvimento.

Reunião virtual com especialistas, frentes parlamentares e organizações governamentais locais, para promover reformas ou ajustes em marcos regulatórios que incentivem a implementação de boas práticas em economia circular como mecanismos de integração, acompanhada da publicação de um documento de compilação de experiências na execução de estratégias de economia circular na região e seus métodos de aplicação.

ATIVIDADE 3. Reunião de Diretores de Cooperação da América Latina e do Caribe: Mecanismos Inovadores de Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e no Caribe (CSSTr):

reunião presencial/virtual e posterior publicação para compartilhar experiências bem-sucedidas e boas práticas na implementação de mecanismos inovadores de CSSTr, incluindo o envolvimento do setor privado, o melhor uso de recursos e a identificação de oportunidades de cooperação. Essa atividade é apoiada financeiramente pelo Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero.

Projeto B. CAPACITAÇÃO DO SETOR PÚBLICO REGIONAL, que consiste em duas atividades marcadas para 2023.

ATIVIDADE 1. *Workshops* sobre políticas públicas baseadas na economia comportamental:

uma atividade de treinamento de natureza presencial/virtual que será realizada sob um esquema teórico-prático. O objetivo desse *workshop* é treinar os formuladores de políticas públicas da América Latina e do Caribe no uso da economia comportamental e de suas ferramentas para a elaboração e implementação de melhores políticas públicas na região. Esta edição se concentrará em questões sociais, como educação, saúde, proteção social e gênero.

18

ATIVIDADE 2. *Workshop* sobre capacidade de negociação a respeito da governança no ciberespaço: atividade de treinamento virtual que visa desenvolver habilidades de negociação no contexto das novas tecnologias digitais e da inteligência artificial para uma melhor compreensão da aplicação da diplomacia aos problemas políticos e geopolíticos criados pelas novas tecnologias e pela Internet.

PROGRAMA II: GESTÃO INTEGRAL DO RISCO DE DESASTRE E MUDANÇA CLIMÁTICA

Os desastres associados a fenômenos naturais têm um custo enorme, tanto em termos de perda de vidas humanas quanto de perdas financeiras para os países da região. A exposição da população e dos ativos físicos aos fenômenos naturais e à devastação que eles causam, traduzidos em desastres naturais, continua a crescer, com maior incidência nas populações mais suscetíveis a esses fenômenos, que muitas vezes carecem de sistemas de proteção social para enfrentar essas situações. Com o objetivo de contribuir para uma maior resiliência, esse programa busca:

Estabelecer estruturas regionais que contribuam para a redução das vulnerabilidades, para a resposta eficaz a emergências e para a atenção das populações mais vulneráveis a fenômenos naturais extremos, por meio de sistemas de proteção social.

Este programa está conformado por:

Projeto A. GESTÃO INTEGRAL DE RISCO DE DESASTRE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, que inclui quatro atividades inter-relacionadas. Ela tem vários objetivos: analisar os principais desafios e perspectivas da gestão de riscos e o impacto das mudanças climáticas na região, com ênfase nas vulnerabilidades dos países caribenhos; fortalecer a criação de Parcerias Público-Privadas (PPP) para a redução do risco de desastres; identificar e sistematizar boas práticas de investimento e construção eficientes, sustentáveis e responsáveis, incluindo a adoção do conceito de continuidade das operações; ampliar a abordagem da proteção civil e medidas eficazes de prevenção, preparação e resposta; e colocar a função social da seguridade social no contexto do risco de desastres.

ATIVIDADE 1. Criação de Parcerias Público-Privadas (PPP) para a Redução do Risco de Desastres na América Latina e no Caribe: tendo em vista que os projetos de investimento em gestão de redução de riscos de desastres requerem a participação de parcerias público-privadas (PPP) formadas pelo setor público, pelo setor privado e pela sociedade, a Secretaria Permanente promove a soma de esforços, ganhos e benefícios compartilhados para estimular a capacidade do governo de desenvolver soluções abrangentes, reduzir tempo e custos na implementação de projetos, transferir riscos de projetos para o setor privado, atrair mais investidores e incorporar competências, experiência, tecnologia e soluções criativas ao processo de resposta a emergências. A partir dessa sinergia, as boas práticas serão identificadas como um insumo para os principais instrumentos da área, com o objetivo de torná-las parte das políticas públicas dos Estados membros. O tema a ser trabalhado em cada ano dependerá das necessidades da região.

ATIVIDADE 2. Fortalecimento da continuidade de governo e de operações em situações de desastres:

fortalecer a capacidade de resposta das instituições governamentais a cenários catastróficos com a formulação de políticas públicas que incorporem a antecipação, a redução do fator surpresa e a manutenção de operações essenciais em incidentes desfavoráveis, bem como protocolos ou planos operacionais que respondam a situações de crise, incluindo o setor privado e os atores sociais.

ATIVIDADE 3. Protocolo para caso de desastres associados a fenômenos naturais para América Latina e o Caribe:

com base no documento de diagnóstico sobre o contexto atual de risco de desastres na região, que inclui aspectos técnicos, prioridades, linhas estratégicas de ação, mecanismos de implementação e governança e monitoramento, de acordo com a diversidade de capacidades dos países membros, será elaborado um Protocolo Regional com disposições que servirão de base para a definição de políticas públicas de gestão de risco de desastres.

ATIVIDADE 4. Assistência técnica e acompanhamento a respeito da proteção social:

desenvolvimento de um mecanismo de monitoramento e assistência técnica aos beneficiários de treinamento técnico e logístico para operar e responder a emergências e desastres, juntamente com a Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). O objetivo é preparar as instituições de seguridade social, que são essenciais para as redes de segurança social, para situações catastróficas, a fim de garantir um nível mais alto de proteção e bem-estar entre a população. Será alternado entre os países.

PROGRAMA III: PROMOÇÃO DE UMA VISÃO HOLÍSTICA DA MOBILIDADE HUMANA

O gerenciamento integral da migração requer cooperação entre os países de origem, destino e trânsito. O SELA, como mecanismo de coordenação entre os Estados Membros, tem a função de agir como articulador de políticas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da região. O objetivo desse programa é:

Aproveitar melhor as oportunidades de desenvolvimento que oferece a mobilidade humana, entendida a partir de uma visão integral que envolve os países de origem, trânsito e destino.

PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO 2023

Este programa está conformado por dois projetos:

Projeto A. BOAS PRÁTICAS EM POLÍTICAS MIGRATÓRIAS, constituído por três atividades a para 2023.

ATIVIDADE 1. Encontro regional sobre boas práticas implementadas para a inclusão socioeconômica de migrantes nas sociedades de acolhimento:

o objetivo dessa atividade presencial é identificar os principais programas e projetos que estão sendo implementados pelos Estados membros em relação à situação legal dos migrantes e sua inclusão socioeconômica nos países receptores. Será produzido um documento que descreva esses programas e projetos, de tal modo que as experiências positivas possam ser avaliadas como opções a implementar pelos países da região. Esta atividade conta com o apoio financeiro do Fondo Fiduciario Pérez-Guerrero.

ATIVIDADE 2. Seminário Virtual sobre promoção e proteção dos direitos das mulheres e crianças

20

migrantes: atividade virtual que tem como objetivo compilar as boas práticas implementadas pelos Estados membros para a proteção dos direitos humanos de mulheres e crianças em situações de mobilidade humana nos países anfitriões, a fim de divulgar entre os países da região as experiências bem-sucedidas implementadas, contribuir para o desenvolvimento regional de uma política migratória que priorize e respeite os direitos humanos dos grupos mais vulneráveis e influenciar a agenda de pesquisa dos centros especializados.

ATIVIDADE 3. Seminário virtual sobre boas práticas de inclusão social e educativa de pessoas migrantes: atividade que visa conhecer estratégias para incorporar crianças e jovens migrantes nas salas de aula do sistema educacional, com a promessa de "não deixar ninguém para trás" e criar ambientes de intercâmbio sociocultural entre pessoas em situação de mobilidade humana e sociedades anfitriãs.

Projeto B. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MIGRAÇÃO, constituído por quatro atividades para 2023.

ATIVIDADE 1. Encontro regional sobre remessas e contribuições das comunidades migrantes para os países da América Latina e do Caribe: atividade presencial que tem por objetivo conhecer como a migração tem contribuído para a dinâmica trabalhista e econômica, bem como os aportes simbólicos e significativos que as pessoas em situação de mobilidade humana têm feito às sociedades de origem e acolhida.

ATIVIDADE 2. Seminário virtual sobre mobilidade humana como uma oportunidade de crescimento econômico e desenvolvimento local nos países da América Latina e do Caribe: atividade que tem como objetivo divulgar as contribuições das comunidades de migrantes para as economias locais dos países anfitriões entre os Estados membros, bem como compreender a dimensão e os impactos positivos que as remessas têm nas economias dos Estados membros.

ATIVIDADE 3. Seminário Virtual sobre a migração de retorno e processos de reintegração socioeconômica na América Latina e o Caribe: atividade que visa facilitar um espaço para a troca de experiências positivas sobre mecanismos e esquemas implementados na região para promover a reincorporação econômica de migrantes retornados no país de origem e sua reintegração no mercado de trabalho.

ATIVIDADE 4. Treinamento sobre o desenvolvimento de sistemas nacionais e regionais de informação de dados de migração: atividades de treinamento virtual ministradas por especialistas da área para aprimorar a metodologia de coleta e troca de dados de migração e para fortalecer a capacidade institucional e técnica das autoridades de migração.